

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.359.408 - SP
(2018/0230568-5)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : MERCEDES CORREIA CAMARGO
AGRAVANTE : EUSEBIO DE ARAUJO CAMARGO
AGRAVANTE : MAGALI APARECIDA DE ARAUJO CAMARGO NERY
AGRAVANTE : SANDRA CRISTINA ARAUJO ANDRIOLLI
AGRAVANTE : OSVAIR APARECIDO DE ARAUJO CAMARGO
AGRAVANTE : CLEIA DE ARAUJO CAMARGO
AGRAVANTE : APARECIDO DE ARAUJO CAMARGO FILHO
ADVOGADOS : PAULO SÉRGIO CAMPOS LEITE - SP016292
MARCELO RICARDO BARRETO E OUTRO(S) - SP212300
AGRAVADO : ARI WILSON BRIZOLARI
ADVOGADO : MARCELO EDUARDO VANALLI E OUTRO(S) - SP141909
AGRAVADO : PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO : MARCEL AUGUSTO SIMON - SP063869

DECISÃO

Em vista das razões apresentadas no agravo interno, reconsidero a decisão de fls. 671/672 e-STJ.

Trata-se de agravo contra o juízo de admissibilidade que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÕES - AÇÃO INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA - REALIZAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL NO QUAL OS AUTORES DERAM PLENA E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO PARA NADA MAIS PLEITEAR - TRANSAÇÃO QUE PRODUZ EFEITOS DESDE O MOMENTO EM QUE CELEBRADA NÃO PODENDO SER OBJETO DE ARREPENDIMENTO UNILATERAL - SENTENÇA REFORMADA PARA JULGAR IMPROCEDENTE A DEMANDA COM INVERSÃO DA SUCUMBÊNCIA - LIDE SECUNDÁRIA IMPROCEDENTE - SUCUMBÊNCIA DO RÉU/DENUNCIANTE - RECURSO DO RÉU PROVIDO - RECURSO ADESIVO DOS AUTORES PREJUDICADO.

A parte agravante sustentou, nas razões de seu recurso especial, ofensa aos arts. 6º, VIII, 54 do Código de Defesa do Consumidor, 422 e 843, do Código Civil.

Ao reformar a sentença, assim se manifestou a Corte de origem:

Com efeito, verifica-se que houve composição amigável entre as

Superior Tribunal de Justiça

partes, na qual a seguradora denunciada pagou a quantia total de R\$ 85.254,38 aos autores, a título de danos materiais em decorrência do acidente (fls. 164/170).

Corno é cediço, a transação, como negócio jurídico civil, produz efeitos desde o momento em que celebrada, não podendo ser objeto de arrependimento unilateral.

Aliás, ela só poderá ser anulada por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa, a teor do que dispõe o artigo 849, do Código Civil, que não é o caso dos autos.

(...)

Ademais, no referido acordo, os autores deram plena e total quitação ao segurado e à seguradora, a título de pensão mensal vitalícia, danos materiais, danos corporais, danos morais, lucros cessantes, invalidez, perdas e danos, bem como qualquer outra verba futura ou passada decorrente do sinistro (fls. 164/170).

Dessa forma, respeitado o posicionamento adotado pelo MM. Juízo a quo, entendo como válida a transação extrajudicial, motivo pelo qual inexistente direito dos autores de exigir judicialmente diferenças a título de indenização por dano material ou moral.

(...)

Sendo assim, diante da validade do acordo extrajudicial firmado entre as partes, é de rigor a reforma da r. sentença para julgar a demanda improcedente.

Com efeito, os dispositivos legais indicados como ofendidos, pelos agravantes, não foram prequestionados, sequer de forma implícita. Portanto, quanto a eles incidem os enunciados 282 e 356 da Súmula do STF, diante da ausência do indispensável prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, exigibilidade suspensa diante da gratuidade de justiça.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora